

A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DAS AUDITORIAS realizadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), mantida por seus auditores[1]

Geane de Figueiredo Porto Ferreira
Inspetora Setorial da 3ª Inspetoria Regional de Controle Externodo TCE-RJ
Especialista em Administração Pública
Toneypson da Silva Abreu
Assistente da Subsecretaria de Auditoria e Controle da Gestão e da Receita do TCE-RJ Especialista em Administração Pública

RESUMO: A atividade de auditoria governamental realizada pelo TCE-RJ constitui uma prática social em transformação, porém se observa a dificuldade em se promover a harmonização do controle tradicional, de avaliação de conformidades legais, com um controle que considere o desempenho da ação governamental e sua efetividade. Os autores, utilizando-se de referencial teórico-metodológico desenvolvido a partir da Teoria das Representações Sociais, acessaram as categorias de cognições verbalizadas e classificadas pelos servidores envolvidos no planejamento e/ou na realização de auditorias *in loco* há mais de três anos, cognições estas presentes nos pólos descritivo — características freqüentes — e avaliativo — expectativas, desejos etc. — da representação social. Os resultados apontaram para uma dicotomia, revelada pelos sujeitos da pesquisa, entre esses dois modelos de controle externo, com categorias associadas a cada um deles distribuídas em pólos distintos da representação social. Verificaram-se, ainda, significativas relações de antagonismo entre descrições e desejos para algumas categorias.

ABSTRACT: The governmental audit performed by the Court of Accounts of the State of Rio de Janeiro (TCE-RJ) is a social practice that constantly undergoes a transformation process. However, the traditional control has been observed and regarded as hard to harmonize, and so has the evaluation of legal circumstances by means of another kind of control which pinpoints the actual performance of the governmental action and its effectiveness. By basing themselves on both a theoretical and methodological material developed from the Social Representation Theory, by the authors of this article have resorted to the categories of cognitions which were both verbalized and rated by servants who took part in the planning or in the making of local audits over three years ago. Such cognitions are now conspicuous both in the description pole (recurrent characteristics) and in the evaluation pole (expectations, wishes, and so on) of social representation. The final results led to a dichotomy, which was disclosed by the subjects of the research between those models of external control, which, in their turn, separately comprised some categories in different poles of social representation. Furthermore, the existence of expressive antagonisms between descriptions and expectations has also been noticed.

PALAVRAS-CHAVE: Administração Pública; Controle Externo; Tribunal de Contas; Auditoria Governamental; Representação Social.

KEYWORDS: Public Administration; External Control; Court of Accounts; Governmental Audit; Social Representations.

1 Artigo apresentado na V Jornada Internacional de Representações Sociais – Brasília – 2007 e no XIV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social – Rio de Janeiro – 2007

INTRODUÇÃO

As mudanças políticas no mundo, a globalização econômica e o ritmo crescente do desenvolvimento tecnológico estão gradativamente impondo alterações significativas em todos os aspectos da vida social, questionando paradigmas consagrados e gerando grandes desafios para o setor público.

Se a finalidade principal da ação governamental é servir ao cidadão, as organizações públicas devem estar abertas para entender as transformações por que passa a sociedade, objetivando a busca de um modelo atualizado de gestão — voltado para os interesses da coletividade que possa congregar valores como imparcialidade, capacidade técnica e profissionalismo em suas estruturas organizacionais.

Neste contexto complexo, ganha ênfase a questão do controle governamental, que tem como finalidade garantir à sociedade a transparência e o conhecimento necessários para avaliar se os recursos públicos estão sendo aplicados com competência, eficácia, eficiência e efetividade, em proveito do desenvolvimento do país. E esses novos desafios estimulam uma reavaliação do foco adotado para o controle.

O sistema de controle na legislação brasileira está estruturado principalmente nos mandamentos insculpidos nos artigos 70 a 75 da Constituição da República, mormente de que o controle externo, atribuído ao Poder Legislativo, deva ser exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas, sendo o controle interno atribuição de cada um dos poderes instituídos.

O atual panorama na atividade de controle externo da ação governamental é marcado pelo desenvolvimento e pela crescente relevância que se tem dado às auditorias de natureza operacional — como classifica o Tribunal de Contas da União (BRASIL, 2000) —, dentre as quais inserem-se as auditorias de desempenho operacional e as avaliações de programas. Isso se dá no esteio de uma também crescente ampliação da ação deste próprio controle, uma vez que a economicidade, a eficiência, a eficácia e a efetividade — aqui conceituada como o impacto que a ação governamental, por intermédio de seus programas, projetos e atividades, traz para o cidadão-usuário ou cidadão-beneficiário da política ou ação pública — das ações governamentais passam a ser avaliadas pelas Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS).

No âmbito dos Tribunais de Contas Estaduais e dos Municípios, o que se tem atualmente é uma apropriação, ainda incipiente, de conceitos e metodologias aplicáveis às auditorias desta natureza, resultando em atuações pontuais e carentes de sistematização, muito embora originando trabalhos de elevado nível técnico e grande repercussão junto à sociedade e aos próprios jurisdicionados às Cortes de Contas.

Adicionalmente, tem-se que o controle exercido primordialmente por meio da avaliação de conformidades legais prossegue se desenvolvendo, impulsionado pela intensa mutabilidade do ordenamento jurídico pátrio, principalmente no que diz respeito aos entendimentos jurisprudenciais.

Observa-se atualmente, portanto, uma atividade em processo de transformação, por exigência da sociedade e do ordenamento jurídico, processo este que precisa ser harmonizado para efetivar-se, sobretudo entre os atores envolvidos neste cenário. Apresentar argumentos para uma reflexão institucional tende a ser uma contribuição relevante neste processo. Assim, a

pesquisa, cujos resultados são adiante apresentados, teve como objetivo maior contribuir para a reflexão institucional, partindo do que há de positivo na atividade de auditoria realizada pelo TCE-RJ, sob o ponto de vista de quem a planeja ou realiza, como estratégia de sensibilização dos demais atores.

Os autores desta pesquisa utilizaram-se de referencial teórico-metodológico oriundo da psicologia social — a Teoria das Representações Sociais (TRS) — e, como denomina Sá (2002), de uma "micro-teoria" desenvolvida a partir dos conceitos da TRS — a teoria do núcleo central das representações sociais. Essas teorias servem para acessar, por meio da realização de entrevistas informais e subseqüente aplicação de questionários, as categorias de cognições verbalizadas e classificadas pelos servidores envolvidos no planejamento e/ou na realização de auditorias *in loco* há mais de três anos, as quais compõem os pólos descritivo e avaliativo da representação social em questão.

O arcabouço teórico-metodológico utilizado, e adiante pormenorizado, privilegia o acesso a algo além das meras opiniões dos servidores, extremamente sensíveis a pressões normativas; o que, ao menos em tese, maximiza a aproximação das verbalizações e classificações provenientes dos sujeitos da pesquisa com suas percepções e sistemas de crenças e valores, regulados pelo grupo social em que se inserem e, ao mesmo tempo, regulando-o.

Assim, as conclusões apresentadas permitem identificar alguns desejos e expectativas do corpo técnico do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro envolvido com as atividades de planejamento e execução de auditorias, além de suas percepções acerca do trabalho realizado. Pode-se observar que algumas das categorias de análise, identificadas através das entrevistas realizadas, apresentaram resultado bastante revelador, quando submetidas à metodologia aplicada pelos autores deste artigo. A categoria "geração de resultados mais efetivos para a sociedade", por exemplo, figurou como a mais intensamente desejável pelos sujeitos selecionados, seguida pela categoria "priorização de auditorias operacionais e de resultados". Outras categorias que chamam atenção para os resultados que apresentam são "atividade geratriz de satisfação pessoal e profissional para os técnicos" e "interação entre os diversos setores do TCE", que podem indicar inúmeras possibilidades de ação.

Assim, com a apresentação detalhada dos resultados, este trabalho espera contribuir para a reflexão institucional no que diz respeito à atividade de realização de auditorias *in loco*.



A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS (TRS) COMO REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

A atividade de auditoria governamental realizada pelo TCE-RJ possui uma característica necessária e marcante: não é uma prática individual, mas social, posto que é realizada, via de regra, por uma equipe de auditores. Por conseguinte, é inevitável o conflito e imprescindível a consolidação de opiniões, crenças ou tomadas de posição individuais.

Ademais, faz-se necessário buscar justificativas para a transformação, manutenção, assimilação ou perpetuação das características da prática social objeto da pesquisa — auditorias efetuadas pelo TCE-RJ — na percepção do grupo social sujeito da pesquisa — os auditores envolvidos no planejamento e/ou na realização de auditorias *in loco* há mais de três anos. As relações e práticas sociais, de diversas ordens e em diversas atividades, na sociedade contemporânea, exigem posicionamentos firmes dos indivíduos, mas também flexibilização de atitudes, pois cada vez mais a vida se desenvolve em grupos; e as mesmas relações e práticas desafiam constantemente preconceitos. Que razões seriam boas o bastante para firmar um posicionamento? Dentro de um grupo social, tais argumentos seriam acolhidos? Se não seriam, para quê sustentá-los?

Buscar explicações para transformação, manutenção, assimilação ou perpetuação de práticas sociais exige dos pesquisadores um esforço em encontrar referenciais teórico-metodológicos que lhes dê suporte. Ainda que o objetivo seja buscar as descrições das práticas sociais, ou avaliações das mesmas, tal esforço não é menos intenso e culmina em um processo de escolha, desafiador pela necessária coerência do referencial escolhido com a metodologia e os objetivos da busca.

A ciência que procura explicações para questões como as anteriormente elencadas é a Psicologia Social, visto que tais questões expõem, claramente, um dualismo entre o individual e o coletivo, entre desejos e prescrições, entre descrições e avaliações.

Pelos fatos retro expostos, os autores do presente trabalho buscaram referência teórico-metodológica da TRS, formulada por Serge Moscovici, e decorrente da publicação de sua obra seminal, *La psychanalyse, son image et son public*, traduzida para a língua portuguesa apenas duas décadas depois (MOSCOVICI, 1978). Essa teoria integra os conceitos de percepções individuais e percepções coletivas.

Para o referido autor, pressupor que cognições coletivas são uma mera aglutinação das individuais, ou seja, que a partir destas são geradas aquelas, é "uma mutilação drástica nos fenômenos psicossociais, ou então (...) uma redução, não menos drástica, do valor de nossas descrições e de nossas experiências" (MOSCOVICI, 2002, p.13). A metodologia utilizada aqui está de acordo com o que preconiza o referido autor, tendo em vista, como explanado adiante, a crítica e consolidação — e não apenas uma mera aglutinação —, em nível social, na segunda etapa, das cognições individuais colhidas na primeira etapa. Como apresentado na seção V do presente artigo, os resultados obtidos comprovam o sucesso de tal modelagem metodológica.

A TRS alimenta-se da conjugação entre postulados das ciências psicológicas e argumentos de cientistas sociais. Posicionar-se estrategicamente entre as ciências psicológicas e as sociais, eis o rumo que Moscovici preconiza para a Psicologia Social. E este é o elo que os autores desta pesquisa procuraram usar quando esco-

lheram referencial oriundo de outra ciência para responder a questões não resolvidas no âmbito da administração pública, e que Oliveira (2007, p.2) assim expressa:

> (...) um "mergulho" no imaginário da instituição, tentar apreender aspectos menos óbvios e não plenamente conscientes, que transitam no interior de seus muros. Falamos de atitudes, percepções, juízos de valor e crenças daqueles que, em um movimento de "ir e vir", constroem a instituição (...) São os homens, atores institucionais, que vão desnudar as instituições por completo, através das representações sociais que elaboram no percurso sócio-histórico.

A conceituação das Representações Sociais (RS) é vasta, tão quanto o número de pesquisas que a estas vêm recorrendo como referencial teórico, em diversas ciências — mormente ciências da educação e da saúde. Para as finalidades desta pesquisa, pareceu suficiente trazer à luz a seguinte: como assinala Doise[1] (1990 *apud* SÁ, 2002, p. 33), as "representações sociais são princípios geradores de tomadas de posição ligadas a inserções específicas em um conjunto de relações sociais e que organizam os processos simbólicos que intervêm nessas relações". Ou seja, são princípios regulados pelas relações sociais e que as regulam, simultaneamente.

Esta pesquisa se operacionalizou através da utilização de uma teoria complementar à TRS — a teoria do núcleo central das RS, aplicável, segundo Sá (2002), às RS hegemônicas, como classifica Moscovici (1978), e como é classificável a que se buscou identificar nesta pesquisa, pois esta oferece amplas perspectivas de metodologias empíricas, uma das quais foi utilizada, conforme posteriormente explanado.

Abric[2] (*apud* SÁ, 2002), ao apresentar tal teoria, introduziu a perspectiva de um núcleo central das RS, mais fortemente apoiado em aspectos valorativos e cognitivos. A esse núcleo estaria associado um sistema periférico de valores e cognições, ou seja, o referido autor considera que a estrutura interna de uma RS deve ser bipolarizada. Este postulado explica uma característica fundamental das RS: conter múltiplas funcionalidades simultaneamente, podendo, com isso, responder a exigências de acesso dos indivíduos às cognições mentalmente elaboradas, que dizem respeito às relações ou práticas sociais. Tal acesso se operacionaliza conforme as regulações sociais e sociológicas e o contexto histórico onde as mesmas se inserem.

Encontram-se sintetizadas no Quadro 1 as características e funções do núcleo central e do sistema periférico de uma RS.

Sob essa ótica, depreende-se que uma modificação no núcleo central de dada RS — ou de seus prescritores absolutos — como denomina Flament[3] (1994 *apud* SÁ, 2002, p. 79), pioneiro em considerar o papel dos sistemas periféricos na transformação das RS — a desestruturaria, ou geraria outra RS.

Depreende-se, ainda, que a transformação das práticas sociais necessariamente começa com a mudança daqueles que Flament (1994 *apud* SÁ, 2002) denomina prescritores condicionais, componentes do sistema periférico de uma RS.

1 DOISE, W. Levels of explanation in social psychology. In: GHIGLIONE, R.; BONNET, C.; RICHARD, J.F. (Eds.). *Traité de psychologie cognitive.* Paris: Dunod, 1990. Vol. II, 111-174.
2 ABRIC, J.-C. L'organisation interne des representations sociales: système central et système périphérique. In: GUIMELLI, C. (Ed.). *Structures et transformations des representations sociales.* Neuchâtel: Delachaux et Niestlé, 1994. 73-83
3 FLAMENT, C. Structure, dynamique et transformation des representations sociales. In: ABRIC, J.-C.(Ed.). *Pratiques sociales et représentations.* Paris: Presses Universitaires de France, 1994. 37-57.

Quadro 1 - Características e funções do sistema central e do sistema periférico

Sistema Central	Sistema Periférico
Ligado à memória coletiva e à história do grupo	Permite a integração das experiências e histórias individuais
Consensual: define a homogeneidade do grupo	Suporta a heterogeneidade do grupo
Estável: coerente; rígido	Flexível: suporta as contradições
Resistente à mudança	Evolutivo
Pouco sensível ao contexto imediato	Sensível ao contexto imediato
Funções: gera a significação da representação; determina sua organização	**Funções**: permite adaptação à realidade concreta; permite a diferenciação do conteúdo; protege o sistema central

Fonte: ABRIC[4] (1994 *apud* SÁ, 2002, p. 74-75).

Adicionalmente, postulou Abric (1994 *apud* SÁ, 2002) que as cognições centrais poderiam assumir papéis orientados para a ação — pólo descritivo — ou para julgamento — pólo avaliativo. Moliner[5] (1995 *apud* SÁ, 2002), propôs uma releitura da teoria do núcleo central das RS, defendendo que esta mesma bidimensionalidade também se aplica aos elementos do sistema periférico, trazendo com isso nova visão às funcionalidades das cognições levantadas: cognições centrais no pólo descritivo correspondem a definições; no pólo avaliativo, a normas; cognições periféricas no pólo descritivo correspondem a descrições mais freqüentes e prováveis do objeto; no pólo avaliativo, a expectativas, características desejadas do objeto.

Moliner (1995 *apud* SÁ, 2002, p. 77) sintetiza as possibilidades de exploração de seu modelo: "esse modelo bidimensional pode prover linhas de orientação para abordagens qualitativas baseadas em entrevistas (O que é o objeto?, O que é bom no objeto?, Quais são as suas características mais freqüentes?, O que deveria mudar?)".

Nesta pesquisa foi utilizada uma metodologia que, não obstante garantir o acesso aos pólos mencionados, no que diz respeito à identificação de cognições centrais da RS, apenas colocaria em evidência propriedades quantitativas de potenciais candidatas, restando como desdobramento possível deste estudo a evidenciação de propriedades qualitativas das mesmas.

Como conseqüência, os pólos estruturais acessados foram considerados como compostos por cognições periféricas da representação social desta atividade: no pólo avaliativo, considerou-se estarem as aspirações e expectativas; e, no pólo descritivo, as características mais freqüentes e prováveis do objeto, conforme classificação proposta por Moliner (1995 *apud* SÁ, 2002).

METODOLOGIA, COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS

A pesquisa empírica teve uma abordagem metodológica qualitativa e quantitativa. Na primeira etapa, adotando-se amostragem não probabilística por tipicidade, foram realizadas entrevistas exploratórias, semi-estruturadas,

4 ABRIC, J.-C. L'organisation interne des representations sociales: système central et système périphérique. In: GUIMELLI, C. (Ed.). *Structures et transformations des representations sociales.* Neuchâtel: Delachaux et Niestlé, 1994. 73-83

5 MOLINER, P. A two-dimensional model of social representations. *European journal of social psychology.* [S.l.: s.n.], 25 (1), 1995, 27-40.

com 71 sujeitos selecionados. As entrevistas foram informais, e sua única estruturação residia na utilização do seguinte estímulo verbal deflagrador: "Por favor, elenque o máximo de características que você julga como positivas e significativamente freqüentes nas auditorias efetuadas pelo TCE-RJ". Visou-se, com a realização destas entrevistas, ao levantamento dos elementos gerais, de valoração positiva, que organizam a RS deste objeto.

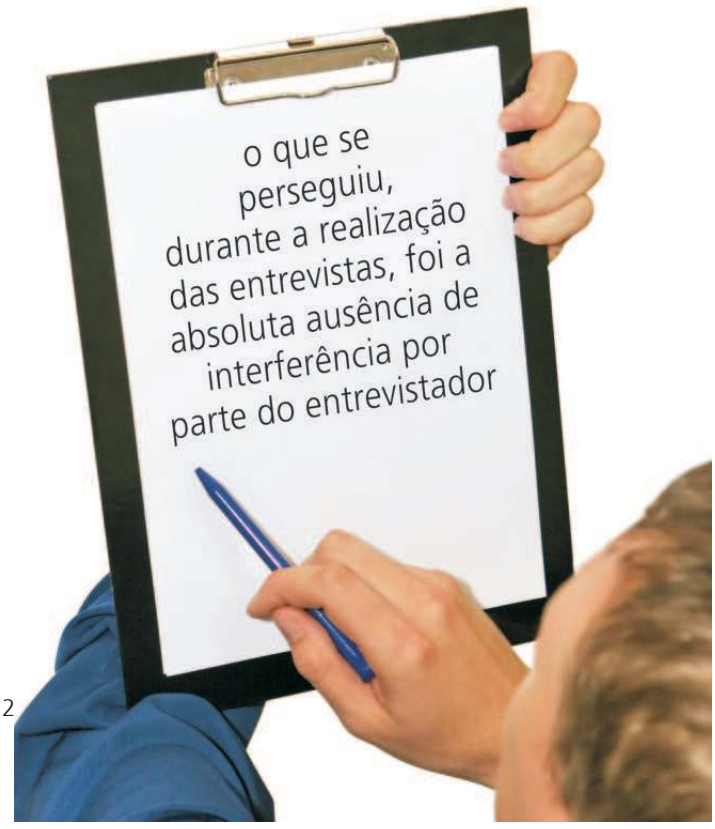
O passo seguinte foi a aplicação do método de análise de conteúdo ao conjunto de entrevistas, após transcrição do material sonoro gravado, apoiado em procedimentos interpretativos. A grade para a análise foi aberta, ou seja, os autores deste artigo identificaram categorias de análise conforme as mesmas a eles se apresentaram, resultando em 20 categorias semanticamente distintas, contendo as cognições positivas pertencentes à estrutura interna da representação social em questão.

Faz-se mister, preliminarmente, expor algumas premissas metodológicas e epistemológicas utilizadas pelos autores da pesquisa e, no entendimento destes, necessárias para a validação científica dos dados coletados, inclusive no que diz respeito à arbitrariedade interpretativa e à indecidibilidade quanto ao número de categorias que emergiram após a análise de conteúdo das entrevistas realizadas. Foram as seguintes:

a) em atenção ao que observa Sá (2002), de que nem todo objeto ou prática social gera necessariamente uma RS, e que, para tal, é necessário que o objeto ou prática estejam inseridos no cotidiano da sociedade como um todo, os autores desta pesquisa escolheram, dentre todos os processos de trabalho atribuídos constitucional ou legalmente ao TCE-RJ, aquele que mais repercute socialmente, seja pela periodicidade ou pelos resultados práticos que alcança, que é a realização de auditorias *in loco* nas entidades e órgãos sob sua jurisdição;

b) todos os sujeitos selecionados contavam com experiência superior a três anos, na realização e/ou planejamento de auditorias *in loco* no âmbito do TCE-RJ, o que garantiu o acesso às cognições que estruturam uma RS classificável como hegemônica, conforme Moscovici (1978);

c) mais de 95 % das entrevistas foram realizadas e interpretadas, preliminarmente, por um dos autores deste artigo, sob a condição de que fizesse parte do mesmo grupo de pertença dos sujeitos entrevistados, minimizando assim a possibilidade de classificações semânticas equivocadas por desconhecimento do tema. Além disso, o que se perseguiu, durante a realização das entrevistas, foi a absoluta ausência de interferência por parte do entrevistador. Como tal premissa é uma impossibilidade, principalmente em se tra-



[redacted]2

tando de 71 sujeitos, admite-se mínima interferência, *sub censura*, o que já é suficiente para não invalidar as conclusões da pesquisa. A título de exemplo, há entrevistas com mais de 70 minutos de duração, e outras com menos de 1 minuto de duração;

d) aos entrevistados foi solicitado explicitar características que os mesmos, deliberadamente, julgavam ter conotação positiva na realização de suas atividades profissionais, minimizando com isso a pressão normativa que tenderia, em situação oposta, a mascarar as cognições verbalizadas;

e) os autores, acolhendo sugestão de Vergara (2006), submeteram a categorização preliminar à avaliação de dois juízes, externos ao TCE-RJ — profissionais de reconhecida competência técnica e larga experiência, um deles atuando em auditorias governamentais, e outro atuante em metodologia de pesquisa, com trabalhos publicados abordando RS —, e reformulação da categorização, sendo o caso, com reapresentação aos juízes, até aprovação destes e estabelecimento de categorias finais;

f) foram entrevistados, de maneira tão eqüitativa quanto foi possível — respeitando-se os critérios de tipicidade e acessibilidade, necessariamente nesta ordem — servidores lotados em todas as subsecretarias onde é exercida a atividade focalizada nesta pesquisa, e adjuntas à Secretaria-Geral de Controle Externo do TCE-RJ. Não foi necessário utilizar qualquer critério arbitrário de saturação das categorias para encerrar a coleta de dados, visto que só não foram entrevistados aqueles



sujeitos elegíveis por tipicidade que não se dispuseram a participar da pesquisa ou encontravam-se, por razões profissionais ou de ordem pessoal, inacessíveis aos entrevistadores durante o período de realização das entrevistas — de aproximadamente 30 dias;

g) os autores, em fase preliminar de análise categorial, identificaram mais de 20 categorias semânticas distintas, tendo optado por prosseguir essa etapa com a seleção de categorias que tiveram citação de pelo menos três sujeitos, restando então as 20 categorias adiante elencadas; e, finalmente,

h) os sujeitos respondentes dos questionários foram sujeitos também entrevistados. Então, quando solicitaram, tiveram a oportunidade de validar as categorias estabelecidas por meio de observação dos trechos selecionados das entrevistas.

Na segunda e última etapa da coleta de dados, as categorias foram submetidas a uma pequena adaptação dos autores deste estudo ao método de escolhas sucessivas por blocos (cf. GUIMELLI[6] , 1989 *apud* SÁ, 2002).

Desta feita, foram aplicados dois questionários (A e B), com solicitações diferentes, mas contendo as mesmas 20 categorias semanti-

6 GUIMELLI, C. Pratiques nouvelles et transformation sans rupture d'une représentation sociale: la représentation de la chasse et de la nature. In: BEAUVOIS, J.-L.; JOULE, R.-V.; MONTEIL, J.-M. (Eds.). *Perspectives cognitives et conduits sociales.* Cousset: DelVal, 1989. Vol.2. 117-138.

camente distintas, a um grupo de 52 sujeitos selecionados, agora por duplo critério: tipicidade — pertencentes ao grupo de sujeitos selecionados para as entrevistas, mantendo a representação de todos os diversos setores do TCE-RJ onde se realizam auditorias governamentais *in loco* — e acessibilidade.

No questionário A, as instruções para resposta foram as seguintes:

I - selecionar, inicialmente, as quatro categorias que lhes parecem mais freqüentes nas características das auditorias efetuadas pelo TCE-RJ, marcando ao lado o escore (+ 2);

II - selecionar, dentre as dezesseis restantes, as quatro categorias que lhes parecem menos freqüentes nas características das auditorias efetuadas pelo TCE-RJ, marcando ao lado o escore (-2);

III - selecionar, dentre as doze restantes, as quatro categorias que lhes parecem mais freqüentes nas características das auditorias efetuadas pelo TCE-RJ, marcando ao lado o escore (+1);

IV - selecionar, dentre as oito restantes, as quatro categorias que lhes parecem menos freqüentes nas características das auditorias efetuadas pelo TCE-RJ, marcando ao lado o escore (-1);

V - atribuir escore (zero) às quatro categorias restantes.

A resposta ao questionário B seguiu as mesmas instruções, com uma única e primordial diferença: as seleções foram feitas pelas categorias que pareceram, aos sujeitos, mais intensamente/menos intensamente desejável que fossem mais freqüentes nas características das auditorias efetuadas pelo TCE-RJ, ou seja:

I - selecionar, inicialmente, as quatro categorias que lhes parecem mais intensamente desejável que fossem mais freqüentes nas características das auditorias efetuadas pelo TCE-RJ, marcando ao lado o escore (+ 2);

II - selecionar, dentre as dezesseis restantes, as quatro categorias que lhes parecem menos intensamente desejável que fossem mais freqüentes nas características das auditorias efetuadas pelo TCE-RJ, marcando ao lado o escore (-2); e assim por diante, analogamente às instruções de preenchimento do questionário A.

Com a opção de atribuir valores numéricos às diversas qualidades, foi possível proceder-se à análise das variáveis qualitativas como se fossem quantitativas, simplificando, com isso, o tratamento estatístico dos dados, como adiante explanado.

Ressalte-se que esta metodologia conta com uma limitação plenamente assumida pelos autores do presente trabalho, e já comentada anteriormente: não possui o condão de conferir *status* de cognição central aos elementos identificados como pertencentes à estrutura interna da RS em tela.

RESULTADOS

Segundo Sá (2002):

> O método da escolha sucessiva por blocos permite evidenciar não apenas relações de similitude no interior da representação (elementos que "vão juntos na caracterização do objeto") (...), mas também relações de antagonismo ou de exclusão, através do cálculo de um "índice de distância".

E, segundo Abric (1994 *apud* SÁ, 2002, p.122), "A vantagem do método (...) é a de que ele possibilita uma abordagem quantitativa que permite comparar a importância relativa de certos elementos da representação em grupos diferentes."

Os autores desta pesquisa consideraram como resultados, para formulação de conclusões, o somatório dos escores atribuídos a cada cate-

goria, nos questionários A (SA) e B (SB); e o índice de distância entre os somatórios dos escores atribuídos a cada categoria, confrontando-se os questionários A e B (ID), demonstrados na Tabela 1.

Foi calculada a média aritmética dos SA positivos nos questionários A (mPA) e B (mPB), a mesma medida dos SA negativos nos respectivos questionários (mNA e mNB), bem como a média aritmética do ID (mID). A determinação das médias aritméticas serviu para parametrizar os graus de relevância quantitativa relativos entre as diversas categorias.

A à Média dos Positivos (mPA) = 31,3 // Média dos Negativos (mNA) = - 25,9;

B à Média dos Positivos (mPB) = 30,9 // Média dos Negativos (mNB) = - 24,7;

Índice de Distância Médio entre SA e SB (mID) = 44,5.

Em consonância com o referencial teórico an-

Tabela 1 - Resultados após aplicação dos questionários

	SA	SB	ID
1 - Orientação técnica a jurisdicionados visando à correção imediata, *in loco*, de desconformidades simples	56	-2	58
2 - Avaliação técnica considerando as diferentes realidades administrativas dos jurisdicionados	-2	-21	19
3 - Complementaridade efetiva às demais atividades de Controle Externo	-4	-30	26
4 - Atividade geratriz de satisfação pessoal e profissional para os técnicos	-5	15	20
5 - Inibição de condutas irregulares pela certeza da presença anual, sem prévio aviso, dos auditores do TCE-RJ	-26	-13	13
6 - Atividade multidisciplinar	10	-3	13
7 - Autonomia dada aos auditores no planejamento e na execução dos trabalhos de campo	17	33	16
8 - Priorização de auditorias operacionais e de resultados	-50	51	101
9 - Estabelecimento de parcerias entre auditores do TCE-RJ e servidores dos jurisdicionados	-52	-56	4
10 - Relatórios de auditoria promovem a efetiva adoção de boas práticas de gestão pelos jurisdicionados	-20	14	34
11 - Promoção de imagens positivas da atuação do TCE-RJ junto à sociedade	-15	-7	8
12 - Ação preventiva de ocorrência de danos ao Erário	-20	37	57
13 - Adequada avaliação de conformidades legais	66	-38	98
14 - Identificação das falhas dos sistemas de controle interno dos jurisdicionados	65	-32	97
15 - Independência para produzir conclusões nos relatórios	8	34	26
16 - Legitimação da atuação do TCE-RJ junto aos jurisdicionados	47	-29	76
17 - Interação entre os diversos setores do TCE-RJ	-45	14	59
18 – Geração de resultados efetivos para a sociedade	-46	69	115
19 - Aplicação de penalidades	6	-41	47
20 - Adequado suporte operacional e tecnológico	7	11	4

teriormente explanado, são coerentes as seguintes constatações:

IV.1 - categorias que apresentaram SA>mPA são as características mais freqüentes, componentes do pólo descritivo da RS em tela. Foram elas:

· 1 - orientação técnica a jurisdicionados visando à correção imediata, *in loco*, de desconformidades simples (SA = 56);

· 13 - adequada avaliação de conformidades legais (SA = 66);

· 14 - identificação das falhas dos sistemas de controle interno dos jurisdicionados (SA = 65) ; e

· 16 - legitimação da atuação do TCE-RJ junto aos jurisdicionados (SA = 47).

IV.2 - categorias que apresentaram SB>mPB são as aspirações e expectativas do grupo que mantém a RS em tela, em relação à atividade, e são componentes do pólo avaliativo da mesma. Foram as seguintes:

· 7 - autonomia dada aos auditores no planejamento e na execução dos trabalhos de campo (SB = 33) ;

· 8 - priorização de auditorias operacionais e de resultados (SB = 51);

· 12 - ação preventiva de ocorrência de danos ao Erário (SB = 37);

· 15 - independência para produzir conclusões nos relatórios (SB = 34); e

· 18 - geração de resultados efetivos para a sociedade (SB = 69).

Adicionalmente, também contam com suporte teórico-metodológico as seguintes constatações:

IV.3 - categorias que apresentaram ID>mID representam as características positivas das auditorias efetuadas pelo TCE-RJ que, segundo os servidores sujeitos da pesquisa, apresentam significativas relações de antagonismo/exclusão, quando se confrontam descrições e desejos, relativos à freqüência de ocorrência na prática social focalizada. Foram as seguintes:

· 1 - orientação técnica a Jurisdicionados visando à correção imediata, *in loco*, de desconformidades simples (ID = 58);

· 8 - priorização de auditorias operacionais e de resultados (ID = 101);

· 12 - ação preventiva de ocorrência de danos ao Erário (ID = 57);

· 13 - adequada avaliação de conformidades legais (ID = 98);

· 14 - identificação das falhas dos sistemas de controle interno dos Jurisdicionados (ID = 97);

· 16 - legitimação da atuação do TCE-RJ junto aos Jurisdicionados (ID = 76);

· 17 - interação entre os diversos setores do TCE-RJ (ID = 59);

· 18 - geração de resultados efetivos para a sociedade (ID = 115); e

· 19 - aplicação de penalidades (ID = 47).

IV.4 - categorias que apresentaram ½SA½>½mNA½ representam as características positivas que, embora julgadas significativamente freqüentes por alguns sujeitos da pesquisa (ao menos três), quando apresentadas ao julgamento dos 52 sujeitos respondentes dos questionários, do mesmo grupo social, foram fortemente repudiadas como tal, no cenário A. As categorias classificadas desta forma foram as seguintes:

· 5 - inibição de condutas irregulares pela certeza da presença anual, sem prévio aviso, dos auditores do TCE-RJ (SA = -26);

· 8 - priorização de auditorias operacionais e de resultados (SA = -50);

· 9 - estabelecimento de parcerias entre auditores do TCE-RJ e servidores dos Jurisdicionados (SA = -52);

· 17 - interação entre os diversos setores do TCE-RJ (SA = -45);

· 18 - geração de resultados efetivos para a sociedade (SA = -46).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando em conjunto os resultados apresentados nos itens IV.1 e IV.2, os mesmos podem estimular uma reflexão institucional no que diz respeito ao estabelecimento do que parece ser uma polarização, para o grupo social em tela, entre as auditorias de conformidade e de avaliação dos sistemas de controle interno (IV.1) e as auditorias de natureza operacional, identificadas no mesmo grupo (IV.2), onde também se encontram "ação preventiva de ocorrência de danos ao Erário" e "geração de resultados efetivos para a sociedade".

Aos autores deste artigo parece significativa tal comunhão, e, ao mesmo tempo, preocupante, pois as auditorias de conformidade também podem, e teoricamente devem, produzir resultados semelhantes no que diz respeito às categorias 12 e 18. Parece ser urgente que esta Corte de Contas adote medidas eficazes e efetivas para garantir uma apropriação de conceitos por parte de seus auditores, relativos às auditorias de natureza operacional, que ultrapasse essa dicotomia, em nosso entendimento, simplista e pouco fértil para o interesse público.

Quanto aos resultados expostos no item IV.3 retro, é notável que, muito embora as categorias: 7 — "autonomia dada aos auditores no planejamento e na execução dos trabalhos de campo"; e 15 — "independência para produzir conclusões nos Relatórios" tenham sido identificadas como presentes no pólo avaliativo — expectativas, desejos — da RS em questão, não se vislumbra Índice de Distância acima do mID para ambas, o que denota que, apesar de satisfatoriamente avaliada pelos sujeitos no pólo descritivo da RS, é perfeitamente admissível para os autores desta pesquisa e, de certa forma, esperado, que sempre se deseje ou espere mais autonomia e mais liberdade, em qualquer campo da atividade humana.

Quanto aos resultados expostos no item IV.4, podem denotar:

a) que alguns sujeitos, com o desenrolar de uma entrevista informal, acabam expressando suas aspirações em relação à atividade, mesmo quando instados somente a elencar descrições. Como objetivou-se mínima interferência do entrevistador na realização das entrevistas, os resultados após a aplicação dos questionários se apresentaram, como parece, expurgados de tais efeitos não desejados pelos autores da pesquisa; ou

b) que há características positivas nas auditorias realizadas pelo TCE-RJ, que são consideradas freqüentes somente para servidores de algum(ns) setor(es) específico(s) do próprio Tribunal — alguma(s) Subsecretaria(s) vinculada(s) à Secretaria-Geral de Controle Externo, por exemplo.

Finalmente, entendem os autores deste trabalho que se deve dar especial atenção aos resultados demonstrados para a categoria 4 — "atividade geratriz de satisfação pessoal e profissional para os técnicos", principalmente por ter apresentado SA negativo (= -5).
A base de dados adquirida permite vislumbrar a possibilidade de se efetuarem outros tipos de análise, que podem ser considerados como sugestões para trabalhos futuros, tais como:

a) explorar a composição dos ID que se revelaram acima da mID, em relação aos SA e SB das categorias, positivos ou negativos, conforme o caso, e daí formular novas conclusões;
b) aplicar tratamento estatístico mais sofisticado aos dados coletados, e potencialmente revelar novas conclusões;
c) proceder à análise das relações de similitude no interior da RS em tela — revelar categorias que caminham juntas na formação dos blocos de escolhas, como passo fundamental para, finalmente, identificar qualitativamente as cognições centrais que a estruturam, por meio da evidenciação de características de conectividade das cognições categorizadas.

Especialmente, ao se identificarem as cognições pertencentes ao núcleo central da RS em tela, pode-se trazer à luz as conceituações expostas anteriormente no presente artigo, em especial as apresentadas no Quadro 1 (características e funções do sistema central e do sistema periférico), e pode-se identificar a partir de que características torna-se mais fácil modificar a prática social em questão ou, por outro lado, quais características garantem estabilidade a essa mesma prática, para o grupo social analisado.
Esperam os autores que as conclusões ora apresentadas possam efetivamente estabelecer bases para uma reflexão institucional, tendo em vista a relevância do objeto da representação social, exposta e fundamentada no corpo do presente artigo, cujos elementos estruturais foram identificados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Manual de auditoria de natureza operacional*. Brasília, 2000.
MOSCOVICI, S. Prefácio. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). *Textos em representações sociais*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
MOSCOVICI, S. A representação social da Psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
OLIVEIRA, E. da S. G. de. *Imagens da Faculdade de Educação da UERJ*: avaliação institucional através da análise das representações sociais. [2004]. Disponível em: <www.inrp.fr/Acces/Biennale/7biennale/Contrib/longue/7152.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2007.
SÁ, C. P. de. *Núcleo central das representações sociais*. 2. ed. rev. Petrópolis: Vozes, 2002.
VERGARA, S. C. Projetos e relatórios de pesquisa em Administração. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006.